Cadernos Zygmunt Bauman
ISSN 2236-4099

ESPAÇO EDUCADOR SUSTENTÁVEL: estudo de caso em uma escola estadual
SUSTAINABLE EDUCATIONAL SPACE: case study in a state school

Maria Eduarda Moraes Andrade[1]
Rodrigo Koch[2]

RESUMO: A preocupação da população com o meio ambiente tem alterado de forma crescente, diante das inúmeras consequências sentidas pelas mudanças climáticas na atualidade, e a criação de Espaços Educadores Sustentáveis apresenta-se como uma das inúmeras possibilidades das quais a sustentabilidade pode se tornar um exemplo dentro de uma comunidade escolar. Este estudo de caso foi realizado em uma escola pública estadual, localizada no município de São Francisco de Paula, Rio Grande do Sul, objetivando-se por investigar e compreender, espaços educadores sustentáveis, e as possibilidades de sua construção na escola contribuindo para a educação para a sustentabilidade e a consciência ecológica. O processo metodológico consistiu em estudo qualitativo, onde em um primeiro momento se deu por meio de revisão bibliográfica, sobre temas como Escolas Sustentáveis, Educação Ambiental, a Legislação pertinente, e Espaços Educadores Sustentáveis. A coleta de dados foi através da observação do espaço físico da Escola Estadual de Ensino Fundamental Monsenhor Armando Teixeira. A criação de espaços educadores sustentáveis demonstra-se um exemplo concreto de como a sustentabilidade pode ser incorporada à rotina escolar, promovendo práticas que inspiram outras instituições e que, ao serem integradas ao projeto de ensino da escola, contribuem para a consolidar uma consciência ambiental contínua. Assim, esses espaços atuam como uma base educativa para a sustentabilidade, tornando-a um aspecto natural do cotidiano dos envolvidos.

Palavras-chave: Escolas Sustentáveis; Sustentabilidade; Educação Ambiental.

ABSTRACT: The population's concern for the environment has been changing increasingly, given the numerous consequences felt by climate change today, and the creation of Sustainable Educational Spaces is presented as one of the numerous possibilities of which sustainability can become an example within a school community. This case study was carried out in a state public school, located in the municipality of São Francisco de Paula, Rio Grande do Sul, aiming to investigate and understand sustainable educational spaces, and the possibilities of their construction in the school, contributing to education for sustainability and ecological awareness. The methodological process consisted of a qualitative study, which was initially carried out through a bibliographic review on topics such as Sustainable Schools, Environmental Education, pertinent legislation, and Sustainable Educational Spaces. Data collection was through observation of the physical space of the Monsenhor Armando Teixeira State Elementary School. The creation of sustainable educational spaces is a concrete example of how sustainability can be incorporated into the school routine, promoting practices that inspire other institutions and that, when integrated into the school's teaching project, contribute to consolidating ongoing environmental awareness. Thus, these spaces act as an educational basis for sustainability, making it a natural aspect of the daily lives of those involved.

Keywords: Sustainable Schools; Sustainability; Environmental Education.

[1] Especialista em Práticas de Sustentabilidade Ambiental. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. E-mail: meduarda.uergs@gmail.com
[2] Pós-Doutor (Sociologia) pelo Institut Universitari de Creativitat i Innovacions Educatives de la Universitat de València. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. E-mail: prof.koch.rodrigo@gmail.com

Cadernos Zygmunt Bauman
ISSN 2236-4099

INTRODUÇÃO

A preocupação atual com o meio ambiente, é constante, visto as mudanças climáticas cada vez mais visíveis e vividas em cada canto do planeta. Com a divulgação massiva, pela mídia, de grandes catástrofes recentes, como as enchentes no estado do Rio Grande do Sul, em maio de 2024, a degradação ambiental introduz novas preocupações cotidianas. A necessidade de mudanças de mentalidade e busca por novos meios de vida e consumo, que sejam mais adequados ao meio, requer uma mudança de valores voltada à sustentabilidade, buscando sempre um senso de coletividade, soluções e mudanças de atitudes, diante dos impactos aos recursos naturais, visando minimizá-los. Pensar em possibilidades educacionais e ambientais, que contribuam para a formação de um espaço de aprendizagem que colabore para tais fatores, tem se mostrado pertinente na contemporaneidade. Coincidindo com a crise climática cada vez mais evidente sentida pela população brasileira, em extremos de seca, enchentes, destruição de biomas causados por intervenções humana, há de se pensar não somente em soluções futuras, mas o que se pode fazer no aqui e no agora.

A educação, aparece como base neste processo de mudança, onde com exemplo e perseverança, existe a possibilidade de inserção de escolas sustentáveis, promovendo espaços onde a sustentabilidade opere de modo contínuo e educador. Trajber e Sato (2010) descrevem que os espaços educadores sustentáveis possuem intencionalidade pedagógica de se constituir em referências concretas de sustentabilidade socioambiental, mantendo uma relação equilibrada com o meio ambiente que compensam seus impactos com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, permitindo as presentes e futuras gerações, qualidade de vida. Sendo assim, a transição para a sustentabilidade nas escolas acontece a partir de três dimensões inter-relacionadas, sendo: espaço físico, gestão e currículo (BRASIL, 2013). Diante do exposto, esta pesquisa procurou investigar e compreender espaços educadores sustentáveis, e as possibilidades de sua construção em uma escola pública estadual do Rio Grande do Sul, contribuindo para a educação para a sustentabilidade e a consciência ecológica. O processo metodológico consistiu do estudo de caso em uma escola pública estadual, localizada no município de São Francisco de Paula, objetivando-se por analisar e investigar o que são espaços educadores sustentáveis e suas possibilidades dentro e fora do âmbito escolar, também a diagnosticar o ambiente físico e acadêmico

visando a construção de espaços educadores sustentáveis, em conjunto com alunos, professores e a gestão escolar; com o intuito de proporcionar um espaço educador sustentável e coerente com as possibilidades encontradas dentro da escola.

A criação de espaços educadores sustentáveis apresenta-se como uma das inúmeras possibilidades de como a sustentabilidade pode se tornar exemplo de dentro de uma comunidade, e também servir como modelo a outras instituições, pois promove práticas simples e coerentes perante o meio. A criação, implementação e manutenção destes espaços necessitam ser trabalhados de forma contínua, integrando o Projeto Político Pedagógico escolar, promovendo constantemente ações educativas visando a conscientização ambiental, para que depois de conquistada seja perpetuada, e torne-se algo natural no cotidiano dos envolvidos. Podemos considerar o ambiente escolar como um espaço público e social no qual os educandos passam boa parte de seu tempo, das infâncias e das juventudes. Um espaço onde diferentes sujeitos se encontram e têm a possibilidade de conviver e acessar conhecimentos que podem estruturar a formação integral a partir de suas diferentes perspectivas culturais. Deste modo, faz-se necessário compreender o espaço físico da escola como um ambiente educacional que possa ampliar as possibilidades para assim melhorar as condições de aprendizagem, de relações e do convívio social, de valorização da cultura escolar, por meio do cuidado e do respeito entre todos, e é claro, ao meio. Diante do exposto, se faz necessário a compreensão de alguns conceitos e também como a gestão escolar pode desempenhar um importante papel na implementação de atitudes sustentáveis no cotidiano escolar, promovendo uma abordagem democrática e colaborativa que envolva não apenas os estudantes, mas comunidade em si, e se transforme em um exemplo de ações.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Educação Ambiental (EA) busca formar cidadãos críticos e atuantes, promovendo uma educação que vai além do conhecimento técnico, como aponta Reigota (1994), encoraja o cidadão a refletir e agir sobre o impacto de suas ações no meio ambiente. Os princípios da EA foram estabelecidos na Carta de Belgrado (1975), que defende conscientização, conhecimento, comportamento, competência, avaliação e participação, que visam despertar uma atitude ética e responsável, capacitando os indivíduos a serem agentes de

transformação ambiental nas comunidades onde vivem. A EA também é vista como uma luta política, como sugerido por Sato et al. (2005), onde o saber popular e a ciência se complementam para fomentar práticas sustentáveis. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1998) do Meio Ambiente no Brasil reforçam essa ideia ao indicar a EA como um processo dinâmico e participativo, onde os envolvidos podem propor soluções práticas para a conservação ambiental. Segundo Marcatto (2002), a EA é uma ferramenta essencial para sensibilizar a sociedade, utilizando métodos que facilitam a compreensão sobre a urgência dos problemas ambientais.

Historicamente, a EA surge com força na década de 1960, acompanhada pelo crescimento de movimentos e publicações ambientalistas, já na década de 1970, o conceito de EA foi abordado oficialmente na Conferência de Estocolmo (1972), onde a ONU propôs a criação do Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA). Em 1975, na Conferência de Belgrado, representantes de 65 países estabeleceram diretrizes fundamentais para a EA, consolidando a educação ambiental como um meio de enfrentamento da crise ambiental. (SILVA ,2014) A Conferência de Tbilisi (1977), organizada pela UNESCO e o PNUMA, foi outro marco importante ao definir objetivos da EA, como aumentar a conscientização e habilidades para resolver problemas ambientais. Nos anos 1990, a ECO-92 no Rio de Janeiro e a criação da Agenda 21 foram eventos cruciais, incentivando ações de desenvolvimento sustentável e promovendo a educação ambiental como base para uma sociedade consciente e ativa em questões ecológicas. Encontros globais como o Rio+10 (2002) e o Rio+20 (2012) reforçaram o compromisso dos países com o desenvolvimento sustentável. A Agenda 2030, de 2015, é outro exemplo recente, que visa promover o desenvolvimento sustentável em todo o mundo, com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que foram divididos em 169 metas específicas, que são interligados e exigem colaboração entre governos, empresas, sociedade civil e indivíduos. Idealizando o desenvolvimento econômico alinhado à justiça social e à proteção ambiental, garantindo que as próximas gerações tenham recursos para atender às suas necessidades formando base para políticas públicas, estratégias empresariais e iniciativas sociais que visam um mundo mais sustentável.

A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A legislação brasileira em Educação Ambiental, desempenha um papel importante na construção de uma sociedade sustentável, incentivando tanto mudanças individuais de comportamento quanto ações coletivas. Segundo Salvalagio e Roesler (2007), a EA visa mediar e unir diversos atores sociais para alcançar avanços significativos em questões socioambientais, contribuindo para os alicerces de uma nova sociedade. Diversas leis brasileiras, como a Lei Federal nº 6938 de 1981, que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, e a Constituição Federal de 1988, defendem a promoção da educação ambiental como direito e dever de todos, visando a proteção do ambiente para as futuras gerações.

Outras legislações, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 e o Decreto 88.351/83, reforçam a importância da EA em todos os níveis educacionais e recomendam o desenvolvimento de programas voltados à conscientização da comunidade. A Agenda 21 e a 30, também definem a educação ambiental como um dos pilares para promover o desenvolvimento sustentável, destacando a necessidade de reorientar os sistemas educacionais para fomentar práticas e comportamentos sustentáveis. A Política Nacional de Educação Ambiental, instituída pela Lei Federal nº 9.795 de 1999 e regulamentada pelo Decreto nº 4.281 de 2002, estabelece que a EA deve estar presente em todos os níveis de ensino, de maneira integrada e interdisciplinar. Propõe que a educação ambiental não seja uma disciplina isolada, mas que permeie todas as áreas do conhecimento, criando interações entre elas. Além disso, estabelece princípios para se possua um enfoque democrático e participativo da sociedade. Algumas diretrizes adicionais para a EA foram criadas pela Resolução nº 422 de 2010 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que detalha conteúdos e procedimentos para a EA tanto no ensino formal quanto no informal. Além disso, programas como o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) e o Programa Nacional de Educadores Ambientais (ProFEA), são exemplos de iniciativas que ampliam as ações da EA, promovendo sua integração em diferentes contextos e contribuindo para a formação de uma sociedade mais ambientalmente sábia.

Cadernos Zygmunt Bauman
ISSN 2236-4099

GESTÃO ESCOLAR E A SUSTENTABILIDADE

A gestão escolar, desempenha um papel fundamental no que diz respeito a promoção da educação ambiental, onde tem-se como uma referência a comunidade, sendo a liderança participativa, uma forma de valorizar a coletividade e o bem comum, e fundamental para o sucesso dos projetos socioambientais, procurando engajar famílias, alunos e educadores (Silva e Ody, 2021). De acordo com Wittmann e Klippel (2010), essa interação ocorre porque a gestão escolar permite a troca de saberes, interesses e culturas. Compreende-se assim, a importância da conexão entre a gestão escolar ao contexto da comunidade, promovendo ações pedagógicas que facilitem a educação ambiental e fortaleçam o aprendizado dentro e fora do ambiente escolar, formando uma influência positiva. De acordo com Ferreira e Aguiar (2000), que defendem que a gestão seja democrática, pois assim promoverá a cidadania, autonomia e a construção de novas práticas democráticas na escola, onde a coletividade e a afetividade são essenciais, podendo ir além de ações cotidianas como coleta de lixo, por exemplo, e focar também na mediação de conflitos socioambientais.

Para que a gestão escolar seja efetiva, depende também de estruturas que favoreçam a participação coletiva e sua autonomia. Como Bartnik (2011) sugere, a organização do trabalho pedagógico envolve não apenas a relação entre professor, aluno e conhecimento, mas também várias mediações. Nesse sentido, ferramentas como o planejamento escolar e o Projeto Político Pedagógico são fundamentais para assegurar que a comunidade escolar participe na implementação de práticas sustentáveis. A inclusão das práticas sustentáveis nos documentos oficiais, reforça o papel da escola como promotora de mudanças, proporcionando uma assimilação de valores (Silva e Ody, 2021). No entanto, Loureiro (2004) alerta que a educação deve ser concretizada para ir além de discursos, sendo prática e crítica às condições atuais da sociedade.

Libâneo (2017), ressalta que:

> Cabe à escola e aos professores elaborar os seus próprios planos, selecionar os conteúdos, métodos e meios de organização do ensino, em face das peculiaridades de cada região, de cada escola e das particularidades e condições de aproveitamento escolar dos alunos. A conversão dos planos e programas oficiais em planos de ensino para situações docentes específicas não é uma tarefa fácil, mas é o que assegura a liberdade e autonomia do professor e adequação de ensino às realidades locais.

Dessa forma, para que a gestão escolar e a sustentabilidade caminhem de forma conjunta, deve-se ir além das práticas formais há muito preestabelecidas, buscando e promovendo uma educação ambiental que seja crítica e reflexiva, que valorize a participação e a autonomia, construindo uma escola que possa ser um espaço de aprendizagem e de transformação para a sociedade e a sustentabilidade

ESCOLA SUSTENTÁVEL E ESPAÇOS EDUCADORES SUSTENTÁVEIS

A ideia central de uma escola sustentável é propor a transformação de hábitos, o ensino de valores, a promoção do cuidado com o planeta, o cuidado com as pessoas e a partilha justa de recursos, ampliando para além da sala de aula suas práticas, tornando-se referência na comunidade (Alves e Pinheiro, 2015). Segundo Legan (2014), para que a educação faça parte de uma cultura sustentável existem temas relevantes a serem abordados, como a economia local, espécies e ecossistemas, restauração da terra e dos solos danificados, água, energia e tecnologia e interação humana. A elaboração de projetos que busquem o desenvolvimento destas temáticas pode ser visto como parte do currículo. A execução de projetos, através do ensino da sustentabilidade, enfatiza o pensamento crítico e criativo, a resolução de problemas, a tomada de decisões, a análise, o aprendizado cooperativo, a liderança e a capacidade de comunicação.

A educação ambiental, para Trajber e Sato (2010) é fundamental quando consideramos processos de transformações socioambientais capazes de modificar tempos e espaços escolares, de forma que favoreça a participação de múltiplos atores no processo educativo, apontando outros percursos possíveis a serem trilhados pela escola e comunidade com a adoção de princípios e práticas sociais sustentáveis. Podendo, nessa perspectiva, tornarem-se referência para a comunidade, promovendo uma gestão mais democrática e participativa, reorganizando e adequando também o currículo. Ainda, de acordo com Trajber e Sato (2010), os espaços educadores sustentáveis, possuem intencionalidade pedagógica para que se possa constituir referências concretas de sustentabilidade socioambiental. Esses espaços mantêm uma relação equilibrada com o meio ambiente, que compensam seus impactos adequando o espaço escolar, incluindo a acessibilidade, e à

gestão, à formação de professores e à inserção das temáticas de sustentabilidade ambiental no cotidiano. É um ambiente onde se estabelecem relações de cuidado mútuo, com a natureza e o ambiente, promovendo a sustentabilidade de maneira intencional e coerente, alinhando discurso, conteúdos, práticas e posturas. É importante compreender que um espaço pode ser educador sem ser sustentável, e ser sustentável sem, necessariamente, ter caráter educador (BRASIL, 2011-a, p.7), essa distinção é essencial para que a escola possa transformar-se em um espaço verdadeiramente sustentável. Quando se traz a questão ambiental para o processo educativo, a mesma deve ser incorporada nas ações e reflexões pedagógicas sendo um convite para a transformação do espaço educativo, e também como uma ferramenta que contribui também para atender às ações elencadas como necessárias ao enfrentamento das mudanças climáticas, com a criação de espaços educadores sustentáveis (Machado, 2011). Em 2013, foi criado o Manual de Escolas Sustentáveis (Brasil), onde cita que a transição para a sustentabilidade nas escolares, deve acontecer a partir de três dimensões interrelacionadas, abrangendo:

a) Espaço físico: criação de edificações que garantam acessibilidade, gestão eficiente da água e da energia, saneamento e destinação adequada de resíduos.

b) Gestão: compartilhar o planejamento, as decisões referentes ao destino e à rotina escolar com a comunidade escolar e o seu entorno, valorizando a diversidade cultural, étnico-racial, de gênero e direitos humanos.

c) Currículo: incluir no Projeto Político Pedagógico das instituições de ensino os saberes e práticas sustentáveis de acordo com a realidade local.

Em 21 de maio de 2013, a Resolução CD/FNDE nº 18, surge com a finalidade de favorecer a melhoria da qualidade de ensino e a promoção da sustentabilidade socioambiental nas unidades escolares, dispondo sobre a destinação de recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), para as escolas públicas municipais, estaduais e distritais que possuam alunos matriculados na educação básica. O PDDE Escolas Sustentáveis consiste em repasse financeiro que viabilize a concretização de espaços educadores sustentáveis, com o intuito de educar para

a sustentabilidade. A Agenda 2030, em seu Objetivo 4, que estabelece metas a respeito da educação, na de número 4.7 estipula que:

> Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

Diante do exposto, percebe-se como as escolas sustentáveis e práticas de educação ambiental propõem-se a transformar hábitos, mudar o estilo de vida e sensibilizar a população, onde nesse processo de busca por uma escola mais compatível com o meio, o cenário educacional deve ser coerente e mutável.

A ESCOLA PESQUISADA

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Monsenhor Armando Teixeira, está localizada na Rua Curupaiti, nº 800, no Bairro Cipó, na área urbana do município de São Francisco de Paula, Rio Grande do Sul. Sendo sua mantenedora a Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, sob responsabilidade da 4º Coordenadoria Regional de Educação (CRE). A escola teve seu Decreto de criação em 07 de fevereiro de 1957. A escola Monsenhor, ou do Cipó (em referência ao bairro em que está situada), como é popularmente conhecida, atende aproximadamente 250 alunos, no Ensino Fundamental I e II, sendo que grande parte destes estudantes provêm da própria comunidade, possui 14 turmas e 25 funcionários. Salienta-se ainda que um dos maiores problemas enfrentados pela gestão escolar, é a tendência da comunidade em não demonstrar importância pela vida escolar, o que leva os alunos a notas baixas e a evasão. (Projeto Político Pedagógico, 2024). A frequência na escola, como consta no Projeto Político Pedagógico (PPP) de 2024, é pela obrigatoriedade, e não pela importância da educação em sua formação como cidadão, bem como os pais dos estudantes possuem uma preocupação mais conteudista, o que se faz necessário um trabalho de conscientização.



Imagem 1: Fachada da escola. Fonte: Autores (2024)

Ainda, segundo o PPP, a escola possui como desafio desenvolver uma educação que seja voltada a valores éticos, sociais e humanos, que seja através da conscientização, onde a presença do aluno no ambiente objetiva-se para seu desenvolvimento pessoal com aspirações para o presente e para o futuro, levando também em conta os conteúdos da educação formal. Também é notável que muitas crianças também chegam à escola com problemas decorrentes de uma estrutura familiar onde seus cuidadores deixam a desejar no sentido das responsabilidades. Além dos entraves educacionais, como qualquer outro estabelecimento sendo público ou privado, a escola só poderá funcionar se tiver recursos humanos suficientes, bem como estrutura física adequada para todos os setores e serviços. Atualmente o prédio da escola é de alvenaria, quando fundada era de madeira. Apresenta uma estrutura com muitas janelas e espaço amplo, entretanto o ambiente em si é muito frio, e em alguns locais há pouca incidência solar. A estrutura em si atualmente conta com muitas avarias, banheiros interditados, salas com o assoalho, que é de parquet, em estado de deterioração, banco do livro improvisado em banheiro interditado. O telhado da escola sofre sérios problemas, onde em todo forro do pé direito é mofado, e quando chove, a escola fica basicamente inundada.

O terreno possui uma área de aproximadamente 3.141,10 metros quadrados, que possui muro e grades, onde 2.38,98 metros quadrados são de área construída. O prédio conta com oito salas de aula, uma sala de direção, uma sala de secretaria, uma sala de

serviços para a coordenação pedagógica, uma sala de professores, a biblioteca, uma sala de banco do livro, cozinha, sala de vídeo, que está interditada por avarias causadas pela entrada de água da chuva, sala de documentos (passivo), três banheiros masculinos, três banheiros femininos, um banheiro para os professores, uma sala de recursos multifuncional, e na área externa a quadra poliesportiva. No que diz respeito aos recursos financeiros, os mesmos provêm de repasses feitos pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, de forma quadrimestral, bem como repasses feitos pelo Ministério da Educação (MEC), através de programas específicos e recursos para a merenda na escola.

Por possuir basicamente toda sua área com construção, seja do prédio ou da quadra poliesportiva, restam pequenos espaços físicos na parte externa em que se possa pensar em possibilidades sustentáveis, que sejam palpáveis aos alunos, de modo que os mesmos possam interagir, apreciar e ter uma percepção ecológica a respeito do que pode ser feito. Na parte interna há lixeiras para separar os lixos no refeitório, e lixeiras individuais nas salas de aula, banheiros, secretaria e sala dos professores, entretanto ao fim dos turnos da manhã e da tarde, todos são colocados em grandes sacos de lixo, e misturados, bem como na cozinha, não há separação do lixo orgânico. Em uma volta pelo entorno da escola, pude notar algumas estruturas, como calhas (que em sua grande maioria estão danificadas), bueiros, cerca de vinte, área verde e alguns canteiros. Em conversa com a Diretora da escola, questionei se a água proveniente da chuva era captada para algum tipo de uso, visto a quantidade de bueiros existente, ou vai direto para o pluvial da cidade, e a mesma não soube responder.



Imagem 2: Lixeiras recicláveis. Fonte: Autores (2024)

Para o tratamento de esgoto, o sistema não contempla fossa, filtro e sumidouro, o que se classifica como fossa rudimentar, pelo município de São Francisco de Paula não possuir Estação de Tratamento de Efluente (ETE), o correto seria possuir um sistema individual de tratamento (fossa, filtro e sumidouro), onde o mesmo seria limpo de forma regular e o descarte seria feito de forma adequada.

O ESPAÇO ESCOLAR E SUAS POSSIBILIDADES

Pensando na escola como Espaço Educador Sustentável, o mesmo deve contemplar em seu espaço físico melhores condições de aprendizagem, no que se refere ao meio ambiente e seu cuidado, promovendo o pensamento crítico dos alunos, integrando o currículo, a gestão e é claro, seu espaço, tornando-se uma referência de sustentabilidade para a comunidade. Como observado, a escola Monsenhor, possui basicamente toda área do

terreno edificada, e os pequenos espaços que restam na parte externa, são calçados, onde as possibilidades de atividades acabam sendo restritas a quadra poliesportiva. Há de se pensar, em soluções ambientais, que possam facilitar a rotina escolar, bem como fazer parte do cotidiano, atitudes simples, que atualmente não são utilizadas pela escola, e podem ser implementadas quase que de imediato, uma vez que não existe a necessidade, por exemplo de licitação, como um plano de gerenciamento de resíduos sólidos, contemplando assim a identificação, separação e destinação correta dos resíduo gerados e a criação de uma composteira, práticas diárias gradativamente tornam-se hábitos. Outra forma de conscientização, seria a utilização de ecoponto para materiais recicláveis, empregando o dinheiro da venda dos mesmos, para melhorias na escola.



Imagem 3: Área verde. Fonte: Autores (2024)

Medidas a longo prazo, podem e devem ser pensadas, um trabalho conjunto entre direção, discentes, docentes e o Círculo de Pais e Mestres (CPM), como adequação do sistema de tratamento de esgoto, aproveitamento da água da chuva, com o uso de cisterna, água essa que poderá ser utilizada nas descargas de banheiros e para limpeza da área interna. Por atualmente a estrutura da escola estar muito comprometida, reformas futuras estão sendo programadas pela atual diretoria, o que se mostra como uma boa oportunidade

de se pensar em melhorias que podem adequar-se ao meio ambiente. Os ambientes puderam ser percebidos como espaços que possuem pouca intencionalidade educativa no que se refere a EA. O espaço físico de aprendizagem é precário, e o pátio utilizado para recreação e socialização dos alunos em atividades pontuais, como no intervalo ou em gincanas no decorrer do ano letivo, as salas são organizadas para atividades coletivas, são incentivadas atividades cooperativas na quadra poliesportiva, práticas de leitura e a pesquisa (biblioteca e plataformas como elefante letrado e árvore de leitura). Nota-se a necessidade de uma maior utilização do entorno visando a integração com a comunidade. O ambiente educativo precisa ser planejado de forma a proporcionar a implementação de atividades pedagógicas diferenciadas com princípios da sustentabilidade e a internalização das questões ambientais, não apenas o espaço escolar, mas também o seu entorno. De modo que o espaço físico existente seja transformado e potencializado como elemento de contextualização do processo educativo-ambiental, pela utilização pedagógica das estruturas físicas existentes, aproveitamento de espaços subutilizados e adequações que visem a eficiência dos recursos naturais, com a participação dos atores da comunidade escolar.

Como no turno da tarde, existem apenas quatro turmas de Ensino Fundamental I, hortas, canteiros, poderiam ser utilizados na área externa como forma de incentivo ao contato com o meio. Já no que diz respeito ao Ensino Fundamental II, visitas a Unidades de Conservação do município, e a outros espaços verdes existentes mostram-se como opções práticas que podem ser adotadas. A mudança no consumo de material de expediente, tanto para as turmas quanto para a secretaria, mostra-se como uma forma de troca de mentalidade, uma vez que o gasto excessivo de papel é uma realidade. Buscando por um ambiente sustentável, o grande desafio da escola é ressignificar o espaço físico contemplando a participação da comunidade escolar e transformá-lo em novas oportunidades concretas de aprendizagem em curto, médio e longo prazo. Com base nas concepções anteriormente expostas, cabe salientar algumas sugestões para o desenvolvimento de atividades na escola que visem a sustentabilidade na escola, e visam a conscientização perante a natureza e os recursos naturais, tais como:

- A gestão escolar há de ser democrática, onde abra possibilidades de discussões e proponha qual a melhor maneira para implantar espaços educadores sustentáveis na escola;

- Construção de um Projeto Político Pedagógico que vise promover as expectativas da comunidade escolar e que também apresente soluções para determinados problemas ambientais;

- Conciliar a modificação do espaço físico em consonância com as atividades educativas e a possibilidade de futuros projetos, visando educação ambiental e sustentabilidade;

- Parcerias como programas de educação ambiental, unidades de conservação e universidades.

- Para construção e adequação de estruturas sustentáveis é preciso recursos financeiros, ou seja, necessita-se de programas do governo, que se torna mais burocrático e demorado.

Algumas alternativas seriam a realização de parcerias com empresas privadas, organizações não governamentais, bem como a própria escola pode também realizar ações beneficentes para captação de recursos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o percurso desta pesquisa, pretendeu-se realizar um estudo que fosse interativo, de modo a vivenciar o cotidiano escolar observando o que existe e as possibilidades de construção de um espaço educador sustentável, analisando e avaliando os resultados obtidos. Interferir no ambiente escolar é uma possibilidade que poderá ser desenvolvida em um trabalho de equipe entre gestão e a comunidade escolar, com a finalidade de modificar o espaço físico juntamente com uma proposta pedagógica, buscando a construção de espaços educadores sustentáveis. Onde a criação dos mesmos sejam feitas no ambiente escolar, e como forma de manter e sistematizar atividades, objetivando um trabalho que seja permanente. A gestão democrática, aparece como facilitadora para a concretização destes espaços, uma vez que é aberta ao diálogo e receptiva para uma comunidade participativa. A integração entre a direção escolar, o quadro docente e discente na busca pela efetivação é essencial para o sucesso, bem como a participação da comunidade.

A criação de espaços educadores sustentáveis são capazes de se tornar um exemplo de sustentabilidade na comunidade local, bem como podem se tornar modelo para outras instituições de ensino, uma vez que é uma importante ferramenta metodológica e mediadora do processo ensino aprendizagem promovendo práticas ambientalmente coerentes com o meio ambiente. Estes espaços devem ser trabalhados de forma contínua, sendo integrante do Projeto Político Pedagógico da escola, com ações educativas sempre buscando a conscientização ambiental, para que seja uma conquista e depois se torne algo natural no cotidiano dos envolvidos. Para que essa mudança ocorra, é imprescindível a intervenção no espaço e no contexto pedagógico, mobilizar a comunidade escolar, realizar construções coletivas, dialogar, intervir quando necessário, e a persistência diante dos desafios que irão surgir. Expandir o projeto além do contexto escolar, buscando parcerias e apoios, e uma divulgação constante das ações feitas, visão da disseminação dos conhecimentos e das práticas, visando sempre a troca de experiências. O trabalho e a implementação de Espaços Educadores Sustentáveis, devem ser traçados com empenho e dedicação, com metas possíveis para a transformação da percepção ambiental da escola e da comunidade, buscando soluções a médio e longo prazo, para a qualidade de vida, mudanças de hábitos de acordo com a realidade local, para que assim o espaço extrapole a comunidade e torne-se um exemplo a ser seguido.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. C. R.; **PINHEIRO**, R. E. A. **EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS ANOS INICIAIS:** *A Possibilidade de Uma Escola Sustentável*. Universidade Federal Rural da Amazônia, Gurupá/Pará. 2015. 57p. Disponível em < https://bdta.ufra.edu.br/jspui/bitstream/123456789/976/1/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Ambiental%20nos%20Anos%20Iniciais%20-%20A%20Possibilidade%20de%20uma%20Escola%20Sustent%C3%A1vel.pdf> Acesso em outubro de 2024.

BARTNIK, H. L. de S. *Gestão educacional*. Curitiba: IBPEX, 2011.

BRASIL. *Ministério da Educação*. *Secretaria de Educação Básica*. *Programa Mais Educação* Passo a Passo. Brasília, DF, (2011)a. Disponível em

<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passoapasso_maiseducacao.pdf> Acesso em outubro de 2024.

_____. *Decreto nº 88.351, de 1º de junho de 1983*. Regulamenta a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981.

_____. *Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002*, que regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,* LDB. 9394/1996.

_____. *Política Nacional de Meio Ambiente,* Lei Federal 6.938/81, 1981.

_____. *Política Nacional de Educação Ambiental*. Lei nº 9.795, 27 de abril de 1999.

_____. *Ministério da Educação*. *Manual Escolas Sustentáveis*, Resolução CD/FNDE nº18, de 21 de maio de 2013. Disponível em <http://www.seduc.pi.gov.br/arquivos/1857975698.manual_escolas_sustentaveis_v_04.06.2013.pdf> Acesso em outubro de 2024.

BRITO, R. O. (org). ***ESCOLAS SUSTENTÁVEIS:*** *preparando estudantes do presente na criação de espaços sustentáveis para as gerações do futuro*. Brasília. Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade. Universidade Católica de Brasília, 2019. 235p. Disponível em<https://pedagogiasocial.net/wp-content/uploads/2019/04/escolas-sustentc381veis_web.pdf> Acesso em outubro de 2024.

CONFERÊNCIA de Tbilisi na Geórgia. Disponível em <https://blog.portaleducacao.com.br/entendendo-a-conferencia-de-tbilisi-1977/> Acesso em outubro de 2024.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global Agenda 21*. Brasília. Senado Federal, 1997.

CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE (CONAMA). Resolução nº 422. 23 de mar. 2010. Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=622> Acesso em outubro de 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Projeto Político Pedagógico.* EEEF Monsenhor Armando Teixeira. Secretaria de Educação. 4° CRE. 2024. 39p.

IBAMA. ***EDUCAÇÃO AMBIENTAL:*** *as grandes orientações na Conferência de Tbilisi.* Especial – ed. Brasília: IBAMA. 1998.

FERREIRA, N. S. C.; **AGUIAR**, M. A. da S. ***GESTÃO DA EDUCAÇÃO:*** *impasses, perspectivas e compromissos*. In: ***GESTÃO DA EDUCAÇÃO:*** *impasses, perspectivas e compromissos*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 318 - 318.

LEGAN, L. ***A ESCOLA SUSTENTÁVEL:*** *eco-alfabetização pelo ambiente*. São Paulo; Pirenópolis, GO: IPEC – Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. Cortez Editora, 2017.

LOUREIRO, C. F. B. *Educação Ambiental Transformadora.* In: Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília: MEC, 2004. 65 – 84.

MACHADO, J.T.; **BATTAINI** V.; **SORRENTINO**, M. ***ESPAÇOS EDUCADORES SUSTENTÁVEIS:*** *a experiência da Oca.* Fórum Ambiental da Alta Paulista. INSS 1980-0827, V. 07, N. 06, 2011. p.7. Disponível em <http://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/forum_ambiental/article/viewFile/180/179> Acesso em outubro de 2024

MARCATTO, C. ***EDUCAÇÃO AMBIENTAL:*** *conceitos e princípios*. Belo Horizonte: FEAM, 2002. 64 p.

PARANÁ. Superintendência de Educação. Departamento de Educação Básica. Educação Ambiental e Escola Sustentável. Formação em ação. 2017. 10p. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/formacao_acao/2semestre2017/fa2017_educacao_ambiental_roteiro.pdf > Acesso em: outubro de 2024.

REIGOTA, M. O que é Educação Ambiental. São Paulo: Ed. Brasiliense,1994.

SALVALÁGIO, A. R. ***PERCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL:*** *um estudo de caso dos participantes do Programa de Formação de Educadores Ambientais (PROGRAMA FEA) Núcleo de Toledo*. Monografia (Conclusão de Curso de graduação em Serviço Social – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Toledo, 2006.

SILVA, E. S.; **ODY**, L. C. *A Gestão Escolar e a Importância da Base Ambiental Escolar à Sustentabilidade*. Universidade Federal da Fronteira Sul. 19p. Disponível em https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/4957/1/SILVA.pdf> Acesso em outubro de 2024.

SILVA, C. K. F. da. *Um Breve Histórico da Educação Ambiental e Sua Importância na Escola*. IV Congresso Nacional de Educação. 11p. Disponível em <https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2017/TRABALHO_EV073_MD1_SA14_ID9579_12102017144004.pdf> Acesso em outubro de 2024.

SILVA, L. F. G. da. *Implantação de espaços educadores sustentáveis: um estudo de caso em escola pública do município de Poço de Caldas – MG*. Universidade Federal de Alfenas. Dissertação. Poço de Caldas/MG. 2014. 116p. Disponível em <https://www.unifal-mg.edu.br/ppgcea/wp-content/uploads/sites/63/2021/01/MESTRADO-2014-Lilian-Ferreira-Espacos-Educadores-Susten.pdf> Acesso em outubro de 2024.

TRAJBER, R.; **SATO**, M. ***ESCOLAS SUSTENTÁVEIS:*** *Incubadoras de Transformações nas Comunidades*. Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient. ISSN 1517-1256, v. especial, setembro de 2010. Disponível em <http://www.seer.furg.br/remea/article/view/3396/2054> Acesso em outubro de 2024.

ROESLER, M. R. von B. ***GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE:*** *a dinâmica da Hidrelétrica Binacional de Itaipu nos municípios lindeiros*. Cascavel. Edunioeste, 2007.

WITTMANN, L. C.; **KLIPPEL**, S. R. *A prática da gestão democrática no ambiente escolar*. Curitiba. Ibpex, 2010.